Responsabilidade civil na seara do Direito de Família: uma análise crítica sobre o abandono afetivo e as relações paterno-filiais

Civil liability in Family Law: a critic review of affective abandonment and paternal filial relations

Lisandra Segatelli ¹

João Francisco de Azevedo Barretto ²

Cleide Henrique Avelino³

Maisa Furtado de Souza⁴

RESUMO

O presente trabalho aprofundou o estudo dos elementos da responsabilidade civil, estabelecendo uma ligação com o abandono afetivo praticado por genitores em desfavor de seus filhos. Trata-se de tema de suma importância para o Direito de Família Contemporâneo. Referida temática ainda gera discussões na doutrina e jurisprudência, mas tem ganhado maior atenção nos últimos tempos, em decorrência da crescente valorização do princípio da dignidade humana. A promulgação da Constituição de 1988 trouxe relevante preocupação com a proteção dos filhos, tornando-os sujeitos de direito, devendo ser protegidos, com fundamento no melhor interesse, na afetividade e solidariedade familiar. O êxodo rural, o crescimento das cidades e a industrialização fizeram com o que os membros das famílias ficassem cada vez mais próximos, fomentando a afetividade a tal ponto que este sentimento se tornasse capaz de moldar a personalidade e o desenvolvimento de um indivíduo. A partir dessa perspectiva, o afeto e a solidariedade se transformaram em pilares das relações de família e, é por isso que, o abandono afetivo por parte de um dos genitores, mais frequentemente em relação ao pai, deve ser coibido e expurgado, tendo em vista que tal omissão acarreta as mais diversas desordens psicológicas na vítima, como se verá ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: Paternidade responsável; Abandono; Ilícito civil; Responsabilidade civil; Dano moral; Obrigação de reparar.

ABSTRACT

The present academic article shows elements of civil liability, establishing a bound with the affective abandonment practiced by fathers to the detriment of their children. The theme have great importance to the Right of Contemporary Family. The refered tematic still takes discussions in doctrine and jurisprudence but has gained greater attention in a couple of years due to the growing appreciation of the principle of human dignity. The promulgation of the 1988 Constitution brought relevant concern with the protection of children, making them subjects of law and should be protected based on the best interest in affectivity and familiy solidarity. The rural exodus, the gorwth of cities and the industrialization made family members getting closer and closer, fostering affection to such an extent that this feeling has become able to shape personality and the development of an individual. From

¹ Acadêmica do 10º termo do curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.

² Advogado, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.

³ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração, Finanças e Tecnologias para EAD; *Master of Science in Emergent Technologies in Education*; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.

⁴ Professora de Português; Mestrado em Estudos Linguísticos; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium UniSALESIANO Campus Araçatuba.

this perspective affection and solidarity became one of the most important things in a family relation and that's why the affective abandonment of one of the parentes, most often in relation to the father, must be restrained and purged given that such omission entails the most diverse psychological disorders in the victim, as will be seen throughout this article.

Keywords: Responsible paternity; Abandonment; Civil ilicity; Civil responsibility; Moral damage; Obligation to repair.

Introdução

Inicialmente, cumpre ressaltar que o abandono afetivo é um dos temas mais relevantes no Direito de Família Contemporâneo, gerando grande divergência na doutrina e jurisprudência. Dessa forma, o presente artigo objetiva o estudo aprofundado sobre a origem da instituição familiar, os pilares que a sustentam, bem como, as consequências jurídicas do abandono afetivo, tendo em vista que, o seio familiar se constitui como a socialização primária de todo indivíduo, sendo a família, uma das principais estruturas sociais no cenário jurídico brasileiro.

Ademais, trata-se de uma discussão acerca do conceito do abandono afetivo e os pressupostos da responsabilidade civil essenciais para a caracterização da indenização por danos morais. Sabe-se que o núcleo familiar se encontra envolto em princípios que norteiam o Direito de Família, tais como a afetividade e a solidariedade, conforme preconiza a Carta Magna, assim como, a legislação civilista e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo uma série de direitos e garantias à criança e ao adolescente, colocando-os à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O cenário atual mostra que os filhos abandonados afetivamente, recorrem cada vez mais ao Poder Judiciário, sob o manto do princípio da dignidade humana, corolário do Estado Democrático de Direito, com a finalidade de verem seus direitos tutelados e, conseqüentemente, a reparação civil por seus genitores, em decorrência do dano psíquico originado pela ausência de afeto e de convívio em sua formação.

O objetivo principal deste trabalho foi entender de forma clara quais são efetivamente os deveres dos genitores perante seus filhos e se tais obrigações se esgotam no simples dever de sustento, ou seja, de prestar alimentos e moradia. O tema abordado estabelece uma linha tênue com o desenvolvimento dos diversos transtornos ansiosos e depressivos, haja vista que, as crianças e adolescentes que

sofrem com os traumas deixados pelo abandono afetivo, possuem chances maiores de serem diagnosticados com transtornos psiquiátricos já na fase adulta.

Isto posto, tem-se como um dos objetivos deste artigo, a discussão crítica acerca do posicionamento da doutrina e jurisprudência brasileira sobre o tema. Como se verá ao longo do trabalho, a negligência por parte dos genitores pode ocasionar traumas irreparáveis à prole.

A não observância dos deveres de afeto e cuidado contribui diretamente para a formação deficitária de crianças e adolescentes, podendo ser objeto das ações de indenização, tendo em vista que, a relação familiar está estritamente associada ao bom desenvolvimento psicológico, moral, assim como, no que tange à construção da personalidade de tais indivíduos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Jornal El País, no ano de 2021, mais de 11 milhões de mulheres eram mães solo no país, índice que cresceu vertiginosamente na pandemia de covid-19.

Para a realização do presente artigo foram realizadas pesquisas baseadas nas principais doutrinas e jurisprudências modernas, assim como, pesquisa bibliográfica em obras clássicas e contemporâneas. Torna-se importante salientar que não é possível quantificar o amor e o afeto, o dinheiro não cessa a dor, não enxuga as lágrimas, contudo, em situações de abandono afetivo, tem-se a existência de profundo abalo psicológico, de forma que o agente causador não pode ficar impune, por inteira medida de justiça social.

Por fim, é dever dos pesquisadores do Direito debater acerca do tema e encontrar a melhor forma de proteger a integridade psicológica das vítimas do abandono afetivo, sendo indispensável, que o ordenamento jurídico brasileiro possa resguardar os seus direitos.

O papel dos pais na formação dos filhos

Anteriormente, em um cenário caótico, muitos pais demonstravam absoluto despreparo no papel de cuidar de seus filhos, ou seja, de desempenhar um papel socialmente atribuído à maternidade. Muitos pais ainda acreditavam que o dever de sustento não era uma obrigação, mas um favor prestado aos filhos menores.

Contudo, a Constituição Federal de 1988, trouxe à tona a aspiração de muitas mulheres que se viam sozinhas no desempenho da formação social dos filhos,

assegurando, então, ao homem e a mulher os mesmos direitos e deveres dentro da sociedade conjugal, na forma do artigo 226, parágrafo 5º. Além disso, a Carta Magna em seu artigo 227 ainda enumera quais os deveres da família, sociedade e do Estado quanto aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Dessa forma, a obrigação dos pais perante seus filhos não se esgota no simples adimplemento da obrigação alimentar judicialmente imposta, haja vista que as crianças devem receber atenção nos aspectos físicos e psíquicos, no que tange à educação, alimentação, saúde e lazer, elevando-se a paternidade responsável a seu nível máximo, para que a criança seja bem acolhida e possa se desenvolver plenamente em sua principal fase da vida, a infância.

Portanto, é notório que o desenvolvimento saudável de uma criança depende do amor e solidariedade concedidos pelos genitores, sendo que toda criança merece ser criada em um lar envolto em princípios que valorizam a dignidade humana, longe do descaso, indiferença e do abandono afetivo.

Notas introdutórias sobre o abandono afetivo

A Constituição Federal de 1988 e o ECA (1990) adotam a teoria da proteção integral, de modo que crianças e adolescentes devem ser colocados a salvo de toda e qualquer forma de negligência. Por isso, tornaram-se sujeitos de direito, sendo protegidos por grande número de garantias e prerrogativas. No que concerne aos responsáveis, a Constituição elenca a família, a sociedade e o Estado como agentes fundamentais na função de dar efetividade às garantias.

O afeto foi valorizado de tal maneira que o sentimento de dor e de abandono ocasionados pela ausência do mesmo podem impactar severamente a vida de crianças e adolescentes. Não obstante, o STJ passou a reconhecer o cuidado como valor jurídico, de modo que o abandono afetivo é considerado fato gerador do ilícito civil, amoldando-se ao dever de indenizar. E não poderia ser diferente, já que a ausência de convívio ou convívio precário dos pais com seus filhos, acaba destruindo os laços de afetividade e ocasionando sequelas psicológicas, comprometendo o desenvolvimento saudável das vítimas.

Portanto, torna-se necessário observar as palavras de Maria Berenice Dias (2017, p. 539) acerca do abandono afetivo paterno-filial “A relação paterno-filial vem assumindo destaque nas disposições sobre a temática da família, deixando clara

a preocupação com os filhos como sujeitos, e não como assujeitados ao poder paterno ou, mais especificamente, ao poder do pai”.

Obrigação de indenizar

No que concerne ao dever de indenizar, existem duas importantes correntes que versam sobre o assunto. Existem àqueles que defendem a tese do abandono afetivo como ato ilícito ensejador da obrigação de indenizar, e existem, minoritariamente, outros que não qualificam o abandono afetivo como ato ilícito e, por isso, não restaria caracterizado o dever indenizatório.

Em contrapartida, a corrente majoritária dispõe que o abandono afetivo se configura como ato ilícito, merecendo ser-lhe atribuído caráter indenizatório. Nesse enfoque, a obrigação de indenizar não tem a função de estreitar as relações entre pais e filhos, mas de punir aqueles genitores que se mostram ausentes afetivamente.

Diante de tais considerações, o amor é faculdade, mas é dever cuidar dos filhos, possibilitando um ambiente adequado para que possam se desenvolver física e psicologicamente de forma saudável. Dessa forma, o desenvolvimento saudável advém do convívio harmonioso entre pai e filho, não sendo humanamente justo privá-los da companhia dos pais.

O abandono afetivo diante dos Tribunais

Feitas tais considerações, como exposto anteriormente, a doutrina ainda apresenta pontos divergentes quando o assunto é abandono afetivo. É nesse sentido que existem operadores do Direito e doutrinadores que são favoráveis ao pagamento de indenização pelo abandono afetivo parental e outros são veementemente contra.

Nesse diapasão, o Judiciário ainda não estabeleceu tese unânime quanto ao tema. *A priori*, veja-se julgados em que o Tribunal pátrio não deu provimento à demanda de indenização por abandono afetivo.

Destaca-se o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em meados de 2020:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ABANDONO AFETIVO. A sentença julgou procedente pedido para condenar o apelante, genitor, a indenizar dano moral à filha, por abandono afetivo. Embora a

demonstração de que a apelada necessite tratamento por depressão, chegando a atentar contra a própria vida, os elementos dos autos são insuficientes para comprovar, com segurança e robustez, nexos de causalidade entre a conduta omissiva do genitor, quanto às visitas determinadas judicialmente, e os danos emocionais/psíquicos ou sofrimento indenizável, nos termos dos arts. 186 e 927 do CCB. Apenas em situações excepcionais e com efetiva prova é que, na seara das relações familiares, se deve conceder reparação por danos extrapatrimoniais, sob pena de excessiva patrimonialização das relações familiares. DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (TJ-RS - AC: 70083174474 RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 23/04/2020, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: 08/09/2020).

Em síntese, o nobre julgador reconheceu a ausência do genitor do desenvolvimento de sua filha, contudo, seguiu o entendimento de que, no caso em tela, não existiam todos os elementos essenciais ensejadores da responsabilidade civil. Para o relator, não restava caracterizado o nexo de causalidade, motivo pelo qual, a filha não fazia jus ao pagamento da referida indenização.

Isto posto, ainda não há entendimento cristalino sobre a indenização pelo abandono afetivo parental, sendo que o Judiciário brasileiro fundamenta suas decisões em diferentes teses, tanto pela admissibilidade quanto pela completa improcedência do pedido de reparação pelos danos causados aos filhos. Contudo, há uma forte tendência de que o tema seja consolidado, possibilitando cada vez mais que os filhos sejam indenizados, haja vista que a indenização não objetiva patrimonializar as relações familiares, mas tem o condão de evitar futuros abandonos, tendo como principal função o seu caráter socioeducativo e estabelecendo o afeto como pilar do Direito de Família contemporâneo.

Conclusão

Ante todo o exposto, foi possível observar o grau de evolução da instituição familiar e o quanto ela se modificou, consolidando-se, finalmente, como modelo inovador ao longo do tempo. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, foi a grande responsável pelas mudanças ocorridas, haja vista que, a família desempenha papel relevante na formação do indivíduo, sendo o seu primeiro contato com valores morais e éticos e, portanto, o Estado deve tutelar as relações familiares com vigilância e cautela.

No que tange à evolução da sociedade, a mulher, tomada de grande empoderamento e anseio por liberdade, passou a ocupar espaços de elevada

importância, consolidando a sua autonomia através da inserção nos locais de trabalho, bem como de sua independência emocional e financeira. Isto posto, por meio do princípio da igualdade e solidariedade, a mulher passou a desempenhar suas funções dentro do seio familiar com maior igualdade quando comparada ao papel exercido pelo homem. Nesse mesmo contexto, os filhos passaram a receber maior proteção, com fundamento no melhor interesse da criança e do adolescente e na proteção dos filhos, antes jamais existente.

Por oportuno, ressalta-se que o tema abordado ainda é muito discutido e não há opinião consolidada sobre o assunto, principalmente no que concerne à classificação do ilícito e a consequente obrigação de indenizar o filho que cresceu sem a assistência emocional do genitor. Parte da doutrina, ainda que minoritária, afirma que o abandono afetivo nada tem a ver com ato ilícito e, por isso, o filho abandonado não faz jus à indenização.

Ademais, o presente trabalho trouxe abordagem profunda acerca dos danos causados pelo abandono afetivo, principalmente, o impacto na vida da criança que, possivelmente, tornar-se-á um adulto ansioso ou desenvolverá os mais diversos tipos de doenças psicossomáticas. Aquele que suporta o abandono afetivo pode vir a sofrer de ansiedade, baixa autoestima, dificuldade para se relacionar, bem como de se expressar, todos reflexos de um não fazer negligente por parte do genitor, ocasionando danos irreparáveis, razão pela qual deve ser considerado ato ilícito.

Não obstante, salienta-se que a defesa do reconhecimento do abandono afetivo como ilícito civil nada tem a ver com o desejo de obrigar o pai a amar sua prole, pois, como visto, amar é faculdade, mas o que se busca é punir tais condutas, evitando que outros filhos sejam abandonados afetivamente, ou seja, impõe-se uma vertente socioeducativa, com a única finalidade de garantir que futuras gerações não sofram com o mesmo mal.

Por fim, trata-se de tema de suma importância no mundo jurídico, haja vista que a sociedade, desde tempos remotos, é o pilar de toda a sociedade, sendo a principal responsável pelo desenvolvimento de adultos saudáveis que compõem o seio social. O afeto é capaz de salvar vidas e evitar sequelas psicológicas nas crianças e adolescentes, de forma que o Estado deve combater e punir aqueles que insistem em abandonar afetivamente seus filhos.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Álvaro. **Jornal do advogado**. São Paulo: OAB nº 289, 2004.

BARBOZA, Heloisa H. In: A família na travessia do milênio. **Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Coord. Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: IBDFAM: OAB-MG: Del Rey, 2000.

BARROS, Sérgio. **Dolarização do afeto**. Porto Alegre, n. 14, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988. Acesso em: 14 jul.22.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. TJRS. Apelação Civil: 70083174474 RS, Relator: Des. Luiz Felipe Brasil Santos, Data de Julgamento: 23/04/2020, Oitava Vara Cível da Comarca de Tupanciretã, Data de Publicação: 08/09/2020. Acesso em: 14 jul.2022.

CARDIN, Valéria; VIEIRA, Tereza R.; BRUNINI, Bárbara C. C.. **Famílias, Psicologia e Direito**. Brasília, 2017.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COELHO, Fábio. **Curso de Direito Civil**, Volume 2: Obrigações: Responsabilidade Civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DIAS, Maria B.. **Manual de Direito das Famílias**. 6. ed. São Paulo: RT, 2015.

FARIAS, Cristiano; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GAMA, Guilherme. **Princípios constitucionais de Direito de Família**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos R.. **Direito Civil Brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MALUF, Adriana. **Novas Modalidades de Família na Pós-modernidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família** – 12. ed. rev., atual.e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Responsabilidade Civil: Volume Único** – São Paulo: Método, 2018.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José F. **Direito Civil: Direito de Família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Editora Método, 2010.

VENOSA, Sílvio. **Direito civil: Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.